

Reflexões sobre o Ensino Superior e a Pós-graduação em Geografia¹

Reflections on Teaching Undergraduate and Postgraduate Geography

Maria do Carmo Correia Galvãoⁱ
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: Este artigo foi redigido em 1989 (atualizado para essa publicação) e expressa um momento de discussão dos rumos do ensino superior e da expansão da pós-graduação em Geografia, até então concentrada em poucos cursos localizados nas regiões Sudeste e Sul. É, sobretudo, uma reflexão sobre a Geografia e sua posição no debate ambiental da época, que se mantém bastante atual. Ambiente e natureza são debatidos na perspectiva geográfica da totalidade espacial resultante da articulação físico/social, sociedade/natureza. A unidade da Geografia na abordagem do ambiente é enfatizada e associada ao ensino da Geografia, ressaltando o papel da formação de geógrafos e licenciados. Manter a sintonia entre a formação do profissional e novas questões da sociedade, apoiada na identidade disciplinar da Geografia é um processo permanente ao Ensino Superior e à Pós-graduação em Geografia, tendo tido como resultante uma multiplicação de novos cursos, muito além dos sete cursos de pós-graduações existentes quando da redação original desse artigo.

Palavras-chave: Geografia, Ensino Superior, Pós-graduação em Geografia, Ambiente, Sociedade-Natureza

Abstract: Written in 1989 (and updated for this publication), this article expresses a moment when the expansion of postgraduate Geography was being debated due to the concentration of these programs in the Southeast and South. The article is above all a reflection on Geography and its position in the environmental debates of the period and which are still relevant today. Environment and nature are discussed from a geographical perspective of spatial totality, articulating physical to social and society to nature. The unity of Geography is emphasized in the study of the environment and applied in Bachelor and Licentiate degrees. Based on this disciplinary identity, postgraduate Geography is engaged in a permanent process of balancing professional training with the incorporation of new social issues and the result has been the multiplication of new courses throughout the country, well beyond the seven postgraduate programs which existed at the time when the article was written.

Keywords: Geography, Postgraduate Geography, Environment, Society-Nature.

ⁱ Professora Emérita da UFRJ - Departamento de Geografia.

Introdução

O desenvolvimento científico-tecnológico do início deste século constitui o mais forte agente propulsor da formação e qualificação de recursos humanos, nas diferentes áreas do conhecimento e campos de atividade do mundo contemporâneo.

Ampliam-se com a modernidade as fronteiras da ciência e tecnologia, e a cada avanço novos desafios a elas se antepõem. Crescem, em decorrência, as exigências quanto à competência no SABER e à eficiência no FAZER, como condição indispensável à realimentação desse sistema de perfil exponencial.

Desse processo de desenvolvimento global e planetário, participa o Brasil como país periférico em acelerado crescimento, marcado por projeções de vanguarda a contrastar com setores de estruturação precária e distribuições espaciais desiguais.

Diferenciam-se internamente o formato do crescimento e as exigências de qualificação de quadros dele emanadas, enquanto no conjunto da economia uma relativa elevação do nível geral de preparo profissional já se manifesta. Tornam-se cada vez mais precárias e incertas as “acomodações” ou “arranjos”, até aqui usuais, no mercado de empregos.

Nos setores mais dinâmicos e tecnologicamente mais avançados do país, a competição passa a se impor como força de pressão não desprezível, que gerada pelo processo de crescimento, consolidou-se com a crise, assumindo um perfil diferenciado em função da própria segmentação do mercado de trabalho.

A “improvisação” como sinônimo de eficiência não encontra mais respaldo no sistema produtivo de tecnificação crescente. Como alternativa operacional de grande efeito e longa duração entre nós, o “jeitinho brasileiro” dá sinais de exaustão: esgotou-se como “modelo”, face a situações e solicitações emergentes complexas que se multiplicam e se atropelam, num processo de crescimento visceralmente deformado em seu perfil por deficiência estruturais de base.

Ao encontro de toda uma realidade que mudou em suas próprias raízes, e que em diferentes dimensões pressiona a demanda de pessoal qualificado, a sociedade busca equipar-se com quadros capacitados a atendê-la. Às instituições de ensino, em todos os níveis, compete o esforço dessa realização – tarefa gigantesca para um país também gigante, colado à estrutura educacional distorcida e anã.

Sobre a Universidade, como instância superior, recai o peso maior dessa responsabilidade social, cabendo a ela a geração/reprodução do conhecimento através da pesquisa/ ensino de alto nível, e ao mesmo tempo, a formação e qualificação de profissionais, das mais diversas áreas, requeridas pelo mercado de trabalho e indispensáveis à realimentação ampliada do sistema.

Renovação da Geografia e Formação de Quadros

É no contexto das exigências de qualidade e competência imposta pelo desenvolvimento que se há de considerar a Geografia na Universidade, investindo com seriedade no aprofundamento do seu saber científico, e na formação e qualificação de quadros capazes de lhe dar continuidade.

Do incomensurável esforço, idealizado e implementado pela Geografia no país dão provas contundentes os Cursos de Pós-Graduação² já implantados: as pesquisas e a produção científica de diferentes Departamentos; a participação ativa de geógrafos em Congressos, internacionais e nacionais, e em Comissões e Grupos de Trabalho da UGI; a promoção de Simpósios, Seminários e Encontros (em nível nacional, regional ou estadual), para debate de temas pertinentes às diferentes áreas de especialização da Geografia, por iniciativa de entidades ou grupos acadêmicos, e pela Associação de Geógrafos Brasileiros, em nível nacional e regional.

No bojo dessas reuniões científicas, há que se destacar a preocupação crescente pela questão do Ensino da Geografia, preocupação que se expressa concretamente na inclusão de sessões específicas para debate desse tema – assumido como pedra angular da renovação pretendida.

A preocupação pelo Ensino da Geografia tem encontrado sua expressão mais evidente na discussão da Questão Curricular. Nesse sentido é muito sintomática as iniciativas que mobilizaram por longo período discussões, debates, mesas redondas, seminários específicos promovidos pela comunidade geográfica e grupos de estudos, a exemplo do Grupo de Estudos criado pela CAPES/SESU/MEC para discutir a reforma de Currículo da Geografia. Nos anos 2000 vários atos normativos do Conselho Nacional de Educação foram publicados, impactando diretamente nos cursos de graduação em Geografia (bacharelado e licenciatura), tais como a Resolução CNE/CES 14, de 13 de março de 2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Geografia, publicado no Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 33; Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena; publicado Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 31; e a Resolução CNE/CP 2, DE 19 de fevereiro de 2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior; publicado no Diário Oficial da União, Brasília, 4 de março de 2002. Seção 1, p. 9.

Em diferentes universidades, a reforma curricular foi implementada para atender os diferentes atos normativos e vem mobilizando professores e alunos em debates importantes, no decorrer dos quais propostas e sugestões mais amplas têm sido analisadas e amadurecidas, em proveito do curso como um todo. A importância crescente da discussão do Ensino da Geografia na Universidade reflete, sem dúvida, a tomada de consciência de seu alcance, no sentido de propiciar a superação dos limites que a impedem de assumir mais plenamente, e com mais clareza, o papel que lhe cabe na sociedade moderna. Nesse debate, evidenciam-se a um só tempo, (a) o reconhecimento da Geografia como CONHECIMENTO e PROFISSAO, (b) a abertura de novos patamares do saber e novas perspectivas para a Geografia no MERCADO DE TRABALHO, (c) e as EXIGÊNCIAS de QUALIFICACAO e APRIMORAMENTO TÉCNICO-CIENTÍFICO do Profissional da Geografia, que a Universidade deve prover. Situa-se, assim, o Ensino de Graduação e Pós-Graduação como questão em debate.

A Discussão do Ensino da Geografia

Qualquer discussão referente ao Ensino da Geografia há de passar, necessariamente, por determinados eixos de reflexão, sem os quais nosso esforço perde sua razão de ser.

A questão inicial que aqui se coloca é o significado intrínseco da Geografia enquanto Conhecimento, envolvendo a validade de seu desenvolvimento e de sua realização como Saber e como Prática Social.

Por força de seu próprio objeto e dos pressupostos e referenciais analíticos que dão suporte à sua investigação, constitui-se a Geografia em importante instrumento de elaboração intelectual, estimulando a reflexão crítica permanente, na busca do entendimento e explicação das relações dinâmicas que se consubstanciam na organização do espaço. A ela compete, por conseguinte, a participação valiosa e específica no processo de desenvolvimento educativo e estruturação mental do educando.

Fundamentada no conhecimento abrangente, integrado e crítico do mundo em que vivemos, projeta-se ademais não apenas como disciplina de formação intelectual, mas como Prática Social de alta relevância no processo CRIATIVO de modelagem e constituição de Cidadania.

A esses valores básicos, inerentes à sua própria essência enquanto conhecimento que pressupõe observação e análise dos processos de construção do espaço em sua dinâmica e tendências, acrescente-se sua importância e competência como instrumento de Ação, no sentido da Ordenação do Território e da Gestão Territorial, entendida esta como estratégia de apropriação e produção do espaço por diferentes agentes, com base no conhecimento científico-tecnológico das relações de poder. A partir do reconhecimento do significado social da Geografia, que justifica tanto o seu desenvolvimento quanto o seu ensino, uma segunda ordem de questões impõe-se à nossa reflexão por sua relevância conceitual e metodológica inerente à natureza e objeto da Geografia, vale dizer, sua IDENTIDADE como CONHECIMENTO.

Situada na interface dos três grandes conjuntos do saber, definidos como ciência da matéria, ciência da vida e ciências sociais, a Geografia identifica-se como um saber científico unitário e coeso que tem por objetivo a organização do espaço terrestre enquanto espaço do homem: espaço construído e apropriado pela sociedade como Território.

As interações do físico, biológico e social, - que em permanente movimento e em diferentes escalas de abrangência articulam espaço e tempo, - constituem os processos sócio-espaciais de que se ocupa a Geografia.

Assumir vetores ou fragmentos desintegrados dessa totalidade como objeto particular e específico das diferentes Especificidades da Geografia, (especialidades de valor e função inegáveis e irrecorríveis, de *per se*), representa DESINTEGRAR a própria Geografia como área do saber e, conseqüentemente, como Prática Social.

Não pretendo aqui polemizar a questão da UNIDADE da Geografia, por considerar que sua discussão ultrapassa os limites e objetivo do presente texto. Ademais, o desgaste impingindo à questão por debates infundáveis, inócuos e até nocivos ao avanço da Geografia recomenda a sua não inclusão nesta oportunidade. Desejo, entretanto, reiterar a importância dessa discussão, a ser desenvolvida no mais alto nível e nas diferentes instâncias de seu conteúdo filosófico e metodológico, no sentido da construção de um

Estatuto Epistemológico específico que defina a IDENTIDADE da Geografia como Área do Conhecimento. Identidade capaz de balizar com segurança seu desenvolvimento como saber científico e instrumentá-lo como Prática Social.

Insisto na importância desse esforço junto aos que se vêm dedicando à questão epistemológica da Geografia, não só por considerar fundamental e indispensável a construção teórica para o fortalecimento da Geografia (como, aliás, para qualquer ciência), mas por ver com muita apreensão os rumos assumidos por ela entre nós, nos últimos anos.

Assustam-me postulações teóricas da chamada Geografia Crítica que privilegiam as relações de produção entre os homens, em lugar de construções espaciais geradas por aquelas relações, em que se baseia o raciocínio geográfico. Na trama analítica dos processos sociais discutidos, desaparece o espaço, de cuja produção se ocupa a Geografia.

O espaço como agente sequer é tocado e a sua participação nos processos sociais restringe-se, quando lembrado, a simples questões locacionais. Limitações ou potencialidades a ele inerentes, por força de condições locais ou configurações específicas de ordem física ou biológica, são ignoradas (quando não execradas), por tudo que possam eventualmente representar como resquícios da “Geografia Tradicional” ou até mesmo do Determinismo Geográfico. As distorções de ótica conceitual-metodológica atingem tal monta, que já se questiona o significado do meio físico na análise geográfica.

Assusta, igualmente, o distanciamento criado e aprofundado por geógrafos físicos em relação à dimensão social/histórica de eventos e/ou processos em que centram seus estudos, como se a compreensão desse processo, em sua dinâmica e tendências, pudesse ser plenamente alcançada no âmbito exclusivo de forças e agentes da natureza.

Assusta-me, sim, a fragmentação da Geografia levada quase às últimas consequências pela exacerbação de uma visão dicotômica, distorcida e míope dos processos espaciais. Miopia dos “deslumbrados” pelos processos e agentes sociais que, emaranhando-se em suas teias perdem de vista a perspectiva espacial: Miopia dos que, a pretexto de uma necessidade de “aprofundamento” do conhecimento, ou em nome da “especialização”, mergulham na investigação de um determinado objeto, desligando-o de relações mais amplas (tanto física, quanto sociais) que podem contribuir para explicar não apenas suas características específicas, mas também sua dinâmica, evolução, ajustes e tendências.

Ao ensejo destas considerações que traduzem preocupações minhas, vale reproduzir aqui o que escreveu Lacoste (1988) ao enfatizar as dificuldades da análise marxista na Geografia, dificuldades que atingem igualmente os “Físicos” e os “Humanos” da geografia... e que, no meu entender, não se limitam apenas a marxistas.

Sintomático o deslize de geógrafos marxistas que abandonam a concepção unitária da Geografia (a apreensão dos fenômenos físicos em função da prática social) e que se consagram, seja à análise exclusiva das formas de relevo consideradas em si mesmas, seja à reprodução dos discursos dos economistas e dos sociólogos, espacializando-as muito pouco, (...) (LACOSTE, 1988, p.145)

Em outra passagem do mesmo livro, escreve aquele autor:

É preciso também levar em consideração as condições climáticas, pedológicas, topográficas, que não derivam, fundamentalmente, da análise dos marxistas

e que estes tendem a negligenciar, em prol dos estudos das relações de produção. Essas últimas são, evidentemente, fundamentais mas, contrariamente à tendência dos marxistas que reduzem ao econômico as contradições das diversas sociedades, não se podem reduzir os problemas políticos, e mormente os problemas de poder, às modalidades de apropriação dos meios de produção. (LACOSTE, 1988, p.147-48)

Parece-me pertinente e oportuno enfatizar aqui o significado dessas ponderações de Lacoste que podem ser lidas e entendidas como um chamamento à nossa reflexão sobre os fundamentos teóricos da Geografia que definem e sustentam sua identidade científica, realçando seu perfil como saber e como prática social.

No momento em que a Questão Ambiental assume uma dimensão planetária, impondo-se como a nova Ordem Política e Econômica do mundo contemporâneo, cabe à Geografia participar do esforço de compreensão e dimensionamento de problemas emergentes. É inadmissível que por inadvertência, descaso ou desprezo, a Geografia deixe escapar de suas mãos o objeto de preocupação enquanto ciência da organização do espaço e gestão do território, vale dizer, o AMBIENTE em sua acepção plena, como Natureza recriada pela sociedade. É lamentável que por carências epistemológicas não resolvidas, a Geografia se desintegre perdendo sua identidade como saber unitário.

Como estes questionamentos, desejo reiterar minha preocupação pela renovação e aprofundamento conceitual-metodológico da Geografia em termos de um PENSAR GEOGRÁFICO, uno e coeso. Um “PENSAR” e TOTALIDADE ESPACIAL, que se distingue das postulações formais referentes à UNIDADE da Geografia, (tal como frequentemente discutida) e que, em nada se opõe às Especializações da Geografia. Um pensar geográfico capaz de discernir e resolver, na escala de análise e na espiral do tempo pertinentes, as diferentes articulações Físico/Social, Natureza/Sociedade.

O apelo ao esforço de reflexão teórica impõem-se por si mesmo, como condição fundamental para a superação de questões conceituais e metodológicas que limitam o desenvolvimento científico e operacional da Geografia, afetando-a no ENSINO, na PESQUISA e na AÇÃO.

É tempo de se pensar e repensar a Geografia que se quer e que se faz. Nesse processo de reflexão que envolve nosso comprometimento com a sociedade mais equilibrada e justa que pretendemos, a Geografia tem um papel fundamental e desempenhar, e seu Ensino faz parte dele.

Bases Estruturais do Ensino Superior da Geografia

O reconhecimento inequívoco do significado ético/social da Geografia e de seu desenvolvimento como SABER nos leva, necessariamente, ao exame das bases de sustentações e execução de seu ensino no nível universitário.

A questão tratada aqui de forma abrangente, procura ressaltar as linhas de preocupação e orientação que nos parecem essenciais, tanto em termo de concepções teóricas quanto de estruturação básica e implementação daquele ensino, tendo como balizamento a tradição e experiência da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Em coerência com postulações anteriormente defendidas, assume-se como referência no plano teórico a concepção unitária e coesa da Geografia, a ser exercitada em escalas e instâncias específicas, sem prejuízo (muito pelo contrário) das Especializações e/ou aprofundamentos que a Geografia contempla e exige, em seu processo de desenvolvimento científico.

Admitindo como pressuposto a caráter global do Ensino Superior e sua estratificação hierárquica, - formalizada na Graduação e na Pós-graduação com suas diferenciações internas - a discussão envolve questões referentes à formação acadêmico-profissional em diferentes níveis de qualificação, e a operacionalização desses níveis, em suas linhas estruturais básicas.

Isto posto, considera-se que na Universidade, o Ensino da Geografia existe para formar e qualificar Geógrafos, capacitando-os ao atendimento das funções precípua à instituição universitária, vale dizer, a PRODUÇÃO e REPRODUÇÃO do CONHECIMENTO, mediada pela pesquisa e ensino, e à capacitação profissional, para a prática do conhecimento junto à sociedade.

Com esta colocação define-se claramente que o produto final do Ensino Superior da Geografia é o Geógrafo, e que o cenário desse Ensino, que engloba a Graduação³ e a Pós-graduação, dotados de atribuições específicas.

Em sintonia com suas postulações, e coerente com a realidade geografia do país, a Pós-graduação há de ser vista como proposta altamente relevante, cujo sucesso pressupõe implementação adequada e valorização efetiva das diferentes instâncias de qualificação escalonada que a definem como Projeto, a nível nacional: Pós-graduação *strito* senso - Mestrado e Doutorado -, e Pós-graduação *latu* senso, compreendendo Curso de Aperfeiçoamento e Especialização.

A Pós-graduação *Strito sensu*

Concebida como instância máxima da formação universitária e como projeto de grande alcance a curto, médio e longo prazo, a pós-graduação tem como meta a capacitação de quadros de alto nível, necessários ao desenvolvimento da ciência e da sociedade.

A qualificação acadêmico-científica do corpo docente, calcada não apenas em conhecimentos sólidos e profundos, mas sobretudo, em comprovada competência em pesquisa e ensino, constitui condição básica indispensável à sua criação e desenvolvimento.

Em complementação a essa condição, colocam-se como outros tantos pressupostos mínimos, para sua implementação a tradição em pesquisa da instituição proponente e a disponibilidade de uma massa crítica devidamente habilitada, da qual depende a montagem e execução de programas.

Tais condições consubstanciam o reconhecimento de que o ensino e pesquisa são integrantes essenciais do processo de produção do conhecimento a que as universidades se propõem. Realimentando-se mutuamente, não podem ser desligados um do outro, sem prejuízo do todo e de cada um.

As implicações desse reconhecimento são amplas e se expressam sob modalidades diversas e vem apresentando mudanças ao longo das últimas décadas. Até o início dos anos 90 do século XX, dadas as características da evolução da geografia brasileira,

moldada ao processo de crescimento econômico e social e à sua dimensão continental, as condições de atendimento à pós-graduação restringiam-se a somente nove centros de excelência, que exprimiam em sua distribuição espacial uma considerável desigualdade regional. Dos programas de Mestrado, sete estavam concentrados no Sudeste/Sul, em contraposição a apenas dois no Nordeste. Quanto ao Doutorado, dos três únicos Programas então instituídos e em atividade estavam sediados em São Paulo, acentuando ainda mais aquela concentração.

Essa situação não era, necessariamente, representativa do nível de qualidade dos docentes nas diversas universidades do país, mas da fraca representatividade numérica dos efetivamente qualificados em cada uma. Em virtude da solidificação e ampliação dos centros já implantados, aos quais coube promover a capacitação de quadros para as demais unidades universitárias, bem como às políticas de fomento e crescimento dos programas de pós-graduação levados a cabo pelo governo federal ao longo dos anos 90 e, fundamentalmente, dos anos 2000, o quadro atual é completamente outro. Considerando a última avaliação trienal dos programas de pós-graduação em geografia promovida pela Capes e divulgada em 2010, temos a seguinte distribuição regional.

Quadro 1: Distribuição Regional dos Cursos de Pós-Graduação em Geografia *Stricto Sensu* em 2010.

Programas de Pós-Graduação	Região Sul	Região Sudeste	Região Centro Oeste	Região Nordeste	Região Norte	TOTAL
Doutorado	4	9	1	3	0	17
Mestrado	10	13	7	7	4	41

Fonte: Resultados Finais - Avaliação Trienal 2010 dos Programas de Pós-Graduação (Período de Avaliação: 2007 a 2009). Ministério da Educação - MEC / CAPES.

Reconhecendo que os compromissos da pós-graduação não se limitam à capacitação de recursos humanos, mas os ultrapassam, ao buscarem o desenvolvimento científico da geografia que fundamenta aquela capacitação, e reconhecendo igualmente que estas metas implicam necessariamente numa programação articulada, coesa e equilibrada de ensino e pesquisa, a pós-graduação há de assumir, como princípio básico de sua atuação, o nível de qualidade e a coerência interna de sua estrutura curricular.

O atendimento destes quesitos pressupõe a montagem de um currículo dotado de um arcabouço programático, no interior do qual se dê espaço à discussão ampla e aberta de questões teórico-metodológicas da Geografia e/ou dos eixos preferenciais do Curso.

Em complementação a essa base curricular de conteúdo essencialmente metodológico, devem ser previstas a discussão e a prática de técnicas de pesquisa voltadas à instrumentação, implementação e operacionalização do processo de investigação.

A essas determinações de cunho teórico e operacional, que consubstanciam o núcleo fundamental do currículo, acoplam-se atividades específicas das áreas de concentração visadas pelo Curso. Sua composição deve ter afinidades com o interesse e as áreas de especialização docentes, tendo como respaldo as linhas de investigação em desenvolvimento na instituição. Identificado por essas linhas que embasam e articulam o ensino e a pesquisa, o perfil do Programa se completa e se fortalece com a produção científica docente, e com as Dissertações e Teses de seus pós-graduandos.

A Pós-graduação *Lato Sensu*

Os problemas referentes à qualificação docente e à questão de estrutura operacional aqui apontados levantam algumas reflexões na busca das propostas que possam, senão resolve-los, pelo menos minimizá-los, num lapso de tempo suportável.

A pós-graduação *lato sensu* configura-se como alternativa a ser consolidada e ampliada em todo o país, representando importante papel como via de aprimoramento de quadros, relativamente simples em sua estrutura, e não muito exigente em custos operacionais.

Identifica-se como modalidade de qualificação docente, sobretudo da educação básica, dotada de grande potencial e bom ajustamento à realidade institucional da Geografia na universidade brasileira, podendo por essa razão ser mais amplamente difundida que a pós-graduação *strito sensu*, ou seja, atingir maior número de profissionais da Geografia lotados, tanto na Educação Básica (ensino fundamental e médio), quanto em órgãos oficiais de ação regional ou agências de assessoria e planejamento.

Ainda que bastante heterogênea em suas origens e formação, a clientela da pós-graduação *lato sensu* é suficientemente numerosa, sobretudo na Educação Básica, para justificar um esforço intensivo no sentido de fomentar e estimular o seu aprimoramento.

A extensão e a diversificação da demanda, já conhecidas pela evidência empírica ou até mesmo por levantamentos sistemáticos já realizados, exigem uma programação diferenciada dos cursos, o que impõe, como medida preliminar, a definição mais precisa e objetiva do curso de ESPECIALIZAÇÃO, conforme previsto na Resolução N° 1, de 8 de junho de 2007, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização⁴.

Tendo como exigência igualitária a duração mínima de 360 horas e nenhuma explicitação daquele Conselho quanto ao seu conteúdo, esses Cursos de Especialização merecem uma discussão cuidadosa no que tange ao seu papel de formação complementar da graduação em Geografia, para a qual algumas sugestões podem ser aqui lembradas.

A ESPECIALIZAÇÃO seria voltada para o aprofundamento de um determinado campo ou área do conhecimento em Geografia, incluindo discussões sobre questões teórico-conceituais, metodologia e técnicas de pesquisa.

Com essa modalidade de Curso de Pós-Graduação *lato sensu* pensa-se dar atendimento a questões tais como: (a) aprimoramento de quadros docentes necessários à melhoria do ensino da Educação Básica, (b) melhor capacitação desses mesmos docentes, ou de quaisquer outros candidatos, para cursos de mestrado e (c) atendimento a um tipo de clientela constituída por pesquisadores ou técnicos de várias áreas que buscam aprimoramento e qualificação profissional, mas não necessariamente uma titulação acadêmica (como a conferida pelo Mestrado/Doutorado), condicionada a produção de um trabalho científico, uma tese.

Dessa forma, a implementação sólida e segura da Pós-Graduação *lato sensu*, em bases espaciais amplas e critérios de quantidade compatíveis com os objetivos visados dentro da realidade universitária a nível regional, além de promover a elevação do padrão de ensino e pesquisa em Geografia no país, viria contribuir para canalizar melhor as aspirações dos candidatos a qualificações acadêmica e profissional, e assim redimensionar a demanda em relação ao Mestrado. Com tal redimensionamento o próprio Mestrado seria

beneficiado em termos de absorção mais completa de candidatos e, conseqüentemente, melhor desempenho na produção de Mestres.

Conclusão

As reflexões reunidas neste texto privilegiam questões consideradas significativas para o debate sobre o Ensino Superior e a Pós-Graduação em Geografia, tendo como respaldo as mais diversas experiências proporcionadas por uma vivência universitária plena.

Ainda que correndo o risco da omissão de temas, que para outros poderiam parecer mais importantes, a opção aqui feita é uma opção consciente, construída a partir de uma convicção inabalável quanto a função social da Geografia, e, por conseguinte, movida pelo empenho irrestrito no sentido do desenvolvimento e fortalecimento da Geografia como SABER científico, do qual depende o desempenho daquela função.

Desenvolvimento científico implica em IDENTIDADE científico-profissional o que em outras palavras equivale a Teoria e Método. Nenhum conhecimento se firma como científico destituído de arcabouço conceitual-metodológico. Daí a ênfase dada a questão de COMO e com que instrumento PENSAR a Geografia – questão epistemológica intimamente vinculada a FORMAÇÃO e a QUALIFICAÇÃO profissional da qual dependem a EFICÁCIA e COMPETÊNCIA enfatizadas logo no início da exposição.

A título apenas de ordenação do pensamento, vale acentuar a QUESTÃO AMBIENTAL como segundo tema de debate, íntima e visceralmente articulado ao primeiro. Trata-se de AMBIENTE (e não Meio Ambiente) visto na sua acepção plena, equivalente a relação material-social, ou seja, a INTERAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA. Não apenas Natureza, uma natureza poluída e violentada pelo Homem, (como geralmente enfocada) mas Ambiente, construído pelo Homem como ser social, com todas as implicações econômicas e políticas inerentes à essa construção – Ambiente, ele mesmo uma produção social.

Restaria talvez pontuar ainda, como um terceiro foco, a própria articulação entre os dois temas, na ótica epistemológica: a Questão Ambiental representando uma das expressões concretas e materialmente perceptíveis da integração físico/social da Geografia, que invoca para a sua compreensão e explicação a ESCALA como instrumento-chave daquela integração.

Numa discussão sobre o Ensino Superior da Geografia, parece-me importante que a questão metodológica ocupe o lugar que lhe compete na condição de eixo fundamental da produção e reprodução do conhecimento que a universidade deve prover.

Nesse contexto inserem-se, como outros tantos focos de debate, as questões específicas levantadas com relação ao ensino de Graduação e Pós-Graduação *strito sensu* e *lato sensu*: (a) na Graduação, o Currículo ÚNICO para a formação do Geógrafo (visto como produto final), e a preocupação pelo ensino global da Geografia representando o eixo central do Curso; (b) a estruturação interna da Pós-Graduação *strito sensu* articulando o conteúdo curricular às linhas de pesquisas que definem o programa como um todo; (c) valorização e fortalecimento da Pós-Graduação *lato sensu* como alternativa das mais significativas para a qualificação do geógrafo e professor da Educação Básica de Geografia em centros universitários para tanto qualificados.

Se as questões trazidas aqui à nossa reflexão puderem contribuir, de alguma forma, para suscitar e alimentar o debate no sentido de um aprimoramento efetivo da Geografia e de seu Ensino no nível Superior, do qual dependem os rumos assumidos pelos outros níveis do magistério, terá valido o esforço de reuni-las nestes Apontamentos. De qualquer modo, valeu o esforço de pensa-las.

Referência Bibliográfica

LACOSTE, Yves. **A geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.** Trad. Maria Cecília França. Campinas: Papirus, 1988.

1 Texto dos arquivos do Departamento de Geografia e da Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, s.d.. 1989 data pressuposta. O texto foi atualizado pela equipe editorial da Revista Espaço Aberto para publicação.

2 De acordo com os resultados finais da avaliação trienal 2010, divulgado pela CAPES, eram 17 cursos de doutorado (USP/Geo Física, USP/Geo Humana, UNICAMP, UNESP/RC, UNESP/PP, FUFSE, UFSC, UFRGS, UFRJ, UFF, UFPR, UEM, UFPE, UFU, UFMG, UFG,UFC) e 41 cursos de mestrado em Geografia (UFAC, UFAM, UFBA, UECE, UFC, UNB, UFES, UFG, UFMG, UFU, UFGD, UFMS, UFMT, UFPA, UFPB, UFPE, UEL, UEM, UEPG, UFPR, UNICENTRO, UNIOESTE, PUC-Rio, UERJ, UFF, UFRJ, UFRN, UNIR, FURG, UFRGS, UFSM, UFSC, FUFSE, PUC/SP, UNESP/PP, UNESP/RC, UNICAMP, UFG/Catalão, UFG/Jatai, USP/Geo Física, USP/Geo Humana).

3 No texto original havia uma referência ao currículo de graduação em geografia da UFRJ implementado em 1991, retirado do presente texto pela equipe editorial por considerar que se tratava de um debate pontual e datado do início dos anos 90, que não condizem com as atuais diretrizes curriculares para os cursos de licenciatura e da Geografia.

4 Publicada no Diário Oficial da União, Brasília, 8 de junho de 2007, Seção 1, pág. 9. Alterada pela Resolução CNE/CES nº 5, de 25 de setembro de 2008, que estabelece normas para o credenciamento especial de Instituições não Educacionais para oferta de cursos de especialização. No Art. 1, parágrafo 2 da Resolução N° 1, de 8 de junho de 2007 ficam excluídos os cursos de pós-graduação denominados de aperfeiçoamento e outros.

